



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº: 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 11 de setembro de 2019

No dia onze de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 3 da sessão ordinária do dia 14 de junho, do ano 2019.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Proposta de definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Aplicação Percentual para o ano de 2020;

4.3. Proposta da definição da participação variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) / Taxa a fixar para cobrar no exercício económico de 2020;

4.4. Proposta de definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2020;

4.5. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos, sítios no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2020;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- 4.6. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Solveira, com a finalidade de poderem colocar um Busto ao Professor/Doutor Calvão da Silva, na aldeia de Solveira;
- 4.7. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, para suportar as despesas com o Evento Misarela 2019;
- 4.8. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015;
- 4.9. 2ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2019 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Revisão do Orçamento da Receita, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);
- 4.10. Prestação de Contas do Município relativa ao primeiro semestre de 2019;
- 4.11. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município, das competências constantes do art.º 2º do Decreto Lei nº 57/2019, de 30 de abril, nos anos de 2019 e 2020;
- 4.12. Proposta de filiação na Associação de Turismo do Porto e Norte – Promoção externa;
- 4.13. Minuta de Protocolo de Geminção entre os Municípios de Montalegre e Tarrafal;
- 4.14. Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico / Adesão;
- 4.15. Alteração ao Regulamento de Apoio à Produção Pecuária / Raças Autóctones;
- 4.16. Regulamento de Trânsito do Município de Montalegre;
- 4.17. EHATB, EIM, SA. Relatório de Execução Orçamental 1º trimestre 2019;
- 4.18. EHATB, EIM, SA. Relatório de Execução Orçamental 2º trimestre 2019.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e dois membros, à exceção de Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, José Miranda Alves, Sandra Pinto, Marco Sousa, Márcio Azevedo, João Paulo Anjo, Joaquim Moura e Ricardo Moura.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Pereira, José João Moura, Márcio Azevedo, Vítor Carreira, Paulo Pinto e João Santos.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal Manuel Orlando Fernandes Alves, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata nº 3ª da sessão ordinária do dia 14 de junho, do ano 2019.

A ata da 3ª sessão ordinária realizada no passado dia 14 de junho de 2019, foi posta à consideração, tendo o deputado Duarte Gonçalves feito um reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Nuno Pereira, João Santos e Acácio Gonçalves.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para intervir os deputados Hernâni Carvalho, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, João Soares, José João Moura, António Ferreira, António Ferreira, Iva Rebelo, João Carlos Rodrigues, Jorge Lestra, Nuno Pereira, Sandra Gonçalves, Ana Isabel Dias, Fernando Rodrigues e Rui Cruz.

O deputado Hernâni Carvalho deixou “uma palavra sentida aos emigrantes que tanto animaram a terra”.

Deu os parabéns à Câmara pelo plano de combate à vespa asiática pois foi pioneiro no País. As campanhas de esclarecimento desenvolvidas pela autarquia tiveram poucos participantes e parece que poucas pessoas estão preocupadas com este flagelo. 13 mil ninhos foram identificados, mas a guerra ainda não está ganha.

Falou da visita da Secretária de Estado a Cabril e disse que esta visita demonstra que o poder central quer ouvir as populações e quer estar olhos nos olhos com o PNPG. A reforma do ICNF em boa hora foi feita. Acredita que nenhum país se possa governar à distância.

Deixou os sentimentos à família da jovem conterrânea que f, depois desse dia, o mundo nunca mais será o mesmo.

Como militante do Partido Socialista e como barrosão desejou as maiores felicidades e sorte à deputada Ana Isabel Dias, pois todos devem ter orgulho de a ter a concorrer ao parlamento.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, caríssimos membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Trago neste período antes da ordem do dia 3 assuntos/ questões que gostaria de por em consideração.

Primeiro: As Festas do concelho estão a perder fulgor. É uma crítica que tenho ouvido e devo aqui expor. Quando falamos de festas do concelho convém esclarecer que sendo assim que se designa, falamos apenas das festas da Vila. Esse talvez seja um dos problemas. Ou seja, não há uma verdadeira festa concelhia talvez por falta de coordenação entre as diversas organizações de festividades. Vemos por outros municípios cartazes de festas que englobam a verdadeira dimensão concelhia, anunciando as principais festividades que decorem nesse mês um pouco por todas as freguesias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Por cá cada paróquia faz a sua, e nomeadamente nas festas da vila, não havendo um bom cabeça de cartaz que chame público, estas ficam a saber a pouco.

O segundo assunto, prende-se com a cedência da água. Este negócio com as águas do Norte tem agora os seus reflexos, sempre dissemos que seria penoso, mas no fim de linha em que se encontrava, após os erros feitos, ou aderíamos ou continuávamos em diferendo e a pagar consumos mínimos obrigatórios.

De qualquer forma, já aqui alertamos que não existia uma rede autónoma para abastecer bebedouros e regar jardins públicos, pelo que se a câmara o quiser fazer tem de pagar a água a preço de consumo, o que é exorbitante.

Daí vemos jardins num estado lastimável e bebedouros sem água na Vila e em algumas aldeias já abastecidas por via desse acordo.

O que pretende fazer para resolver isso?

Devo também referir que isso é sintoma da vossa falta de planeamento, pois tivemos uma oportunidade aquando das obras de regeneração urbana da vila, uma vez que estavam as ruas levantadas, de colocar uma conduta autónoma para rega de jardins e abastecimento de bebedouros e chafarizes através da água da nascente.

Mas mais uma questão lhe coloco senhor Presidente. Aquando do acordo com as Águas do Norte como ficou a situação dos prometidos saneamentos na orla da Barragem? Foi algo falado ou não? Há acordo escrito sobre isso ou só de boca?

O terceiro assunto que lhe coloco tem a ver com uma promessa eleitoral sua, Sr. Presidente. Refiro-me ao call center da Altice e aos prometidos 150 postos de trabalho. Dizia o Sr. Presidente na altura que esta "é uma forte possibilidade que estamos a tentar agarrar com toda a força e com todo o entusiasmo". Até hoje nada. Portanto ou lhe faltou a força ou o entusiasmo!

E neste aspeto 150 postos de trabalho eram importantes, e por comparação ao Lítio, não seria necessário causar tamanhos impactos ambientais para criar postos de trabalho. Dir-me-á que a dificuldade é ter o pessoal, mas o nosso concelho tem muita gente emigrada em França e pessoas que dominam o francês. Não chegando, vê-se em outros locais que acolheram call centers que foram recrutar nos concelhos vizinhos colocando até carreiras regulares para os trabalhadores. Portanto, recrute-se em Boticas, Cabeceiras, Chaves, onde for necessário, mas avance, pois, era bom para combater o despovoamento e dinamizar a economia local. Em que ponto está este processo? Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que a documentação da reunião não lhe foi enviada. Falou com a funcionária responsável, a qual lhe disse que foi enviada dia 6 de setembro. É muito pouco tempo, temos que exigir o máximo e não o mínimo.

Referiu as promessas desta última campanha eleitoral e disse que estas não vão ser cumpridas. A piscina municipal e o rio da vila são uma vergonha. As toxinas que proliferam nas águas do Cávado envergonham a todos. A estação de camionagem é a casa de visitas de quem chega a Montalegre. Não há casas de banho, cadeiras e o edifício está fechado. Está tudo a cair.

Relembrou que o Presidente da Câmara disse que não ia haver mais saneamentos. Não percebe o acordo com as Águas do Norte que prevê a construção de ETAR's se não vai haver saneamentos.

Disse que a Câmara Municipal de Montalegre não tem o Regulamento anticorrupção aprovado. Está no site do município, mas não tem aprovação da assembleia municipal. Também o Conselho Municipal da Juventude não funciona. Nunca reuniu e não tem noção da importância que tem para um jovem que precisa de emprego.

Perguntou em ponto está a Ponte da Assureira pois não sabe se foi feito o pedido de reembolso. Disse ainda que todas as visitas oficiais deveriam ser comunicadas à oposição para que se pudessem fazer representar.

O deputado João Soares falou da queda das Torres nos Estados Unidos da América, uma tragédia que chocou o mundo.

Disse que o Governo está a dar lição à Europa de credibilidade. O Primeiro Ministro é ouvido e respeitado no Parlamento Europeu. Elisa Ferreira vai fazer um bom trabalho e honrar o país.

A proximidade com as eleições legislativas exige escolhas e o concelho de Montalegre tem a honra de ter uma representante de Montalegre. Estamos orgulhosos de ver numa posição honrosa uma pessoa da terra.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, em primeiro lugar gostaria de manifestar sentido pesar pelo falecimento de muitos barrosões durante este verão que muito entristecem a pátria barrosã. Um deles merece destaque, pese embora fugir dos holofotes mediáticos, estava sempre debaixo dos holofotes do seu estabelecimento comercial. Falo de José Rodrigues dos Santos, mais conhecido por Zé Rito, que pela sua simplicidade e humildade, tinha sempre as portas abertas para o lazer e ócio de quase



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

todos os barrosões. Um barrosão empenhado, trabalhador incansável, com enormes qualidades cívicas e humanas, que muito contribuiu para o desenvolvimento da sua terra e região. Outra figura ilustre de Montalegre a quem gostaria de manifestar sentido pesar é a José Maria Gomes, conhecido por Zé da Pastelaria, bem como a sua esposa D. Quinhas, empresários de sucesso, que investiram fortemente na vila de Montalegre e nunca renegaram a sua identidade barrosã. E uma nota particular de pesar a uma jovem de 18 anos, natural de Montalegre, de seu nome Elisa Afonso, que cedo partiu, deixando de rastos seus familiares e principalmente pais, pois sendo progenitor de 2 crianças, não me imagino a perder um filho na sua flor da idade. Sendo assim, expresso por esta via "as mais sentidas condolências às suas famílias".

Por outro lado, virando a página deste lúgubre assunto, gostaria de fazer 2 votos de congratulações. O primeiro para o nascimento do filho do nosso colega e deputado Duarte Goncalves, líder parlamentar da bancada do PSD desta assembleia, que assim contribui para o aumento da taxa de natalidade do concelho de Montalegre, pois os últimos censos mencionavam uma taxa de 5,9 por cada 1000 habitantes. Mais uma prova de que os deputados municipais do PSD estão a lutar contra a desertificação do concelho. Atos destes falam mais do que mil palavras e, Sr. Presidente de Junta Ricardo Moura, aí está mais um bebé para a sua freguesia, que, como muito bem decidiu, deve ter o direito ao apoio à natalidade implementado pela sua Junta de freguesia.

O segundo tem a ver com a revogação do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que como sabem, concretizava a transferência de competências para os órgãos municipais os domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos.

Este foi reapreciado em sede de Assembleia da República, tendo tido os votos favoráveis de todos os Grupos Parlamentares, com exceção do Partido Socialista.

Se o mesmo não fosse revogado iriam surgir os seguintes problemas:

- Cadeia de comando vertical desmantelada: atualmente, o Médico Veterinário Municipal depende hierárquica e disciplinarmente do presidente da câmara, mas possui autonomia funcional para (sem dependência hierárquica) atuar com base em necessidade técnica ou científica. Com o Decreto-Lei n.º 20/2019, o MVM passava a depender funcionalmente do presidente da câmara ou de qualquer trabalhador com competências delegadas. Paralelamente, saía da esfera da DGAV para os municípios, um grande volume de competências de decisão. Face à autonomia do poder local, constitucionalmente protegida, a autoridade competente nacional não teria meios jurídicos eficazes para dirigir e coordenar a ação dos municípios, sendo estes autónomos para atuarem de acordo com o que considerarem ser do interesse local.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- Conflito de interesses: os municípios têm, como seu princípio estruturante, o desenvolvimento económico local. Tal resultaria em constantes conflitos de interesse, por exemplo, nas atividades de inspeção sanitária, na aprovação de estabelecimentos agroalimentares e no seu controlo regular. De destacar que o município de Montalegre é proprietário ou acionista de 1 estabelecimento de abate.
- Ausência de uma unidade territorial para controlo das doenças animais. Ora, as doenças transmissíveis não conhecem fronteiras entre as áreas geográficas de municípios, do mesmo modo que os incêndios florestais. Também não respeitam a dimensão das explorações. Tem-se verificado frequentemente que são as explorações de pequena dimensão que põem em causa a sanidade das outras explorações e comprometem assim a sanidade nacional: é o caso da D. Aujeszky nos suínos e da Brucelose nos pequenos ruminantes.

Em boa hora foi assim decidido a revogação do Decreto-Lei n.º 20/2019, e deste modo aproveito para informar Vossa Excelência Sr. Presidente de Câmara, que assim será a melhor forma de salvaguardar o interesse municipal: da saúde pública, da saúde animal, das finanças públicas e da economia local.

Mais 2 assuntos gostaria aqui de abordar. Avizinha-se mais 1 ano Xacobeo. Mais precisamente em 2021. Todos os anos o número de peregrinos aumenta e em 2018 já ultrapassou os 420 000 que chegaram a Santiago de Compostela, e com um ano Xacobeo, estima-se que esse número bata novos recordes. O caminho português neste momento é a segunda rota mais escolhida para fazer o Caminho de Santiago. Com esta afluência de peregrinos, vários municípios organizaram-se e reabilitaram o caminho português do interior. Esta via de peregrinação começa em Viseu e segue por Castro Daire, Lamego, Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, percorrendo 205 quilómetros e entrando em Espanha por Verín. No entanto, havia alguns peregrinos que atalhavam por Vilar de Perdizes em direção a Xinzo de Limia, como demonstra o Paço de Vilar, reconhecido Hospital-Albergue durante séculos. Este caminho tem um grande potencial, uma vez que atrai pessoas que têm a vontade de explorar o Interior de Portugal, as suas pequenas aldeias, vilas, e conhecer as suas gentes. Seria assim uma forma de reabilitar as aldeias desertas que temos no concelho e ajudava a instalar novamente o comércio local e tradicional, criando postos de trabalho fixos e não voláteis a meia dúzia de eventos sazonais.

Montalegre não deve deixar assim de perder esta oportunidade de se agregar aos 8 concelhos que formam o caminho português do interior e aproveitar para reerguer o nosso caminho que historicamente caiu no esquecimento e seguidamente promover esta via de peregrinação, pois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

trata-se de um turismo dinâmico, amigo do ambiente e benéfico em termos culturais. Desafio assim Vossa Excelência Sr. Presidente de Câmara a embarcar neste comboio de fé e descoberta de um novo rumo para o nosso concelho.

O outro assunto que tenho naturalmente que tocar é a questão do lítio. Já muito se disse e desdenhou acerca deste assunto. Sendo ambientalista e ecologista sou 1000 por cento contra qualquer exploração de lítio e outros metais pesados a céu aberto, pelo atentado ambiental que daí irá advir. Mas o que me intriga é a posição do partido socialista de Montalegre acerca deste assunto. Todas as forças partidárias se manifestaram acerca do lítio, exceto o partido socialista de Montalegre, que para umas coisas está tão atento, mas para as questões importantes do nosso concelho remete-se ao silêncio e assobia para o lado. O sr. Presidente de Câmara já afirmou que está do lado do povo e confessou numa sessão de esclarecimento que estava lá para aprender. Eu também apreendi, e na minha modesta opinião, depreendi que a empresa que quer explorar o nosso solo Barrosão ofendeu todos os barrosões, quando alegam um dos motivos da exploração, a falta de identidade cultural. Falta de identidade cultural?

Temos uma cultura própria, uma língua, trajes e chegas de bois únicas no mundo, uma região que outrora era tão ou mais importante que a região de Trás-os-Montes e não temos identidade cultural?

Fomos expropriados para as albufeiras, temos um dos maiores parques eólicos do país, e quando há uma trovoada ficamos sem luz? Produzimos tanta energia e a fatura da EDP em Montalegre é exatamente igual ao resto do país. E agora querem usurpar o nosso solo sagrado, o nosso solo barrosão?

Sr. Presidente, a nossa quota de produção de energia já chegou aos limites aceitáveis. Agora os outros concelhos que contribuam para a economia nacional e para a produção elétrica via lítio e para a salvação do planeta. É hora de dizer basta. Viva Barroso. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

O deputado António Ferreira disse que costuma concordar muitas vezes com o deputado Duarte Gonçalves, mas, relativamente às festas do concelho, não concorda. Montalegre fez o prometido. A parte cultural e a Biblioteca Municipal de Montalegre merecem todo o seu louvor. Este ano foi cheio em atividades culturais com muita qualidade. Para quem anunciou o fim da pista automóvel, estas últimas provas pareciam um arraial minhoto. Provas essas que só nos engrandecem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Compreende que a água é cara, mas os bebedouros têm que ter água. Perguntou se não se pode utilizar uma boia, como as que utilizam nos autoclismos, para que quando o bebedouro estiver vazio, volte a encher. O gado tem que beber.

Disse que a deputada Ana Isabel Dias, com a sua determinação e garra, irá longe. Conte com o apoio de todos.

Agradeceu e elogiou o trabalho da Cercimont pois é notável o trabalho e cuidado dos funcionários para que os utentes desenvolvam as suas capacidades.

A deputada Iva Rebelo disse que o rio Cávado em Montalegre tem maus cheiros e mosquitos e isso afeta toda a população. A vegetação que lá existe não é tão natural como parece. O rio vai perder muitos animais porque a água vai ficar sem oxigénio. Pediu para que se fizesse uma intervenção urgente. Correram boatos que a ETAR avariou e que os cheiros eram nauseabundos, perguntou o que se passou.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores membros desta assembleia: um dos pontos da ordem de trabalhos sugeriu-me a questão que penso terá lugar neste período, pelo que, através da Mesa da Assembleia, venho solicitar alguma informação à Câmara Municipal.

O Hotel Montalegre funcionou e prestou um grande serviço, qualificando o turismo e a região e está encerrado há vários anos. Trata-se de uma infraestrutura importante para a atividade económica e dinamização turística da sede do concelho.

O investimento está feito e não serve os propósitos sócio económicos a que se propõe uma unidade destas, sendo certo que o seu proprietário é livre de lhe dar o destino que entender e a lei permitir.

Mas certo é também que a Câmara deve tentar enquadrar a infraestrutura dentro da estratégia de desenvolvimento local e ao serviço do interesse geral da comunidade, como bem terá tentado. Dito isto, venho solicitar a seguinte informação para se poder avaliar a manutenção de qualquer estatuto concedido e uma eventual proposta de agravamento do IMI para este caso: 1 – O edifício beneficiou de alguma qualificação municipal? 2 – Encontra-se sujeito a IMI? Se está sujeito, a taxa é a normal? Solicito que a mesma informação seja prestada relativamente ao edifício de alojamento, na Rua dos Ferradores, em frente ao Restaurante D. João. Assinado, o deputado municipal, João Carlos Rodrigues.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Jorge Lestra perguntou qual é a política turística que a Câmara tem fora dos eventos Sexta 13 e Feira do Fumeiro. Uma vez que o Senhor Presidente da Câmara reuniu com o Presidente do Turismo Porto e Norte, delinearão alguma estratégia para as épocas de baixa ocupação no concelho de Montalegre, perguntou.

O deputado Nuno Pereira disse que concorda e está solidário com as preocupações manifestadas relativas à qualidade da água do rio Cávado, mas discorda com as justificações utilizadas. Realmente, o que se ali passa é a natureza a fazer o seu trabalho. O que é preciso saber é se há manifestações humanas que se possa alterar. Há bactérias que são de natureza fecal que pode ser animal ou humana. Se se acompanhar o rio para cima repara-se que toda a zona ripícola está destruída. Qualquer estrume, qualquer pastoreio, qualquer chuva faz com que as substâncias fecais vão para o rio. Num rio com pouco caudal e com muito calor é natural que a natureza se manifeste da maneira que se está a manifestar.

Falou sobre a questão do lítio e disse que não pretende que a sua intervenção não seja polémica, mas quis criticar um certo reducionismo que a discussão atingiu neste momento. Está resumida ao sim ou ao não. Disse que fala a título pessoal e não em nome do Partido Socialista, como há muita gente a exigir que se faça.

Afirmou que não conhece ninguém que seja a favor das minas, da destruição do ambiente e quem está à frente da campanha a favor do não está a fazer uma luta tipo D. Quixote a lutar contra moinhos de vento, porque não há no território ninguém quem defenda o sim. O que devemos pensar é se este não será um mal necessário para um determinado desenvolvimento social e económico e se as intervenções poderão ser feitas dentro do nível que o próprio desenvolvimento humano e a própria natureza suporte. Esta luta é a luta que deve ser tomada e não o afunilamento a que a discussão chegou. As pessoas que defendem o não estão a dizer que não aceitariam a posição de pessoas que não concordam com eles. E isso manifestou-se na última Assembleia Municipal quando alguém trouxe uma proposta para que a Câmara patrocinasse uma ação judicial que na prática era uma ação judicial das pessoas que defendem o não contra as pessoas que eventualmente defendem o sim e contra as pessoas que aguardam ponderadamente o que decidir. Essa ação foi uma ação vergonhosa que recusa a ponderação e o valor das pessoas que discordam deles e fizeram muito bem os deputados que votaram contra, porque mantiveram o nível normal de ponderação e de equilíbrio nesta assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Relembrou que a Câmara Municipal de Montalegre tem já uma longa tradição de defesa das populações, como foi o caso do Dr. Canedo que lutou contra grandes empresas que vieram para Montalegre explorar as suas riquezas e não deram “cavaco às tropas”. Logo a seguir, o Dr. Pires encetou um processo contra a EDP que foi vencida já no mandato do Fernando Rodrigues. Isto significa que quando é necessário defender os interesses das populações, a Câmara está na linha da frente.

Concluiu, dizendo que cabe às autoridades abordar o problema com ponderação, estar ao lado das populações e a defesa das populações pode ser que a mina não se faça ou fazer com que a mina se abra mediante um conjunto de vantagens que deverão ser ponderadas sem radicalismos e com abertura de espírito de forma a que quem esteja contra possa dizer que está contra, quem está a favor possa dizer que está a favor e depois se decida de forma equilibrada. A melhor decisão passa pela ponderação das vantagens e desvantagens e que vença aquela que for melhor para as populações, para o território e para o ambiente.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras

No fim do ano letivo 2018/2019, a Associação de Pais do Baixo Barroso recebeu por parte dos encarregados de educação de 24 crianças um pedido de ajuda, no sentido dos seus filhos puderem ter atividades em horário laboral, pedido esse que foi negado por parte do município.

Após a minha insistência neste órgão, a câmara municipal, em conjunto com as juntas de freguesia, o Ecomuseu e ultimamente com a CPCJ, no âmbito do combate ao insucesso escolar, criou as Férias ativas. Apesar de serem apenas 3 horas, no início (em 2018) estavam bem organizadas e planeadas, o que não aconteceu neste mês de julho e agosto de 2019. Pois na maioria das vezes os animadores não compareciam, as crianças ficavam sem atividades, muitas das vezes os pais iam buscá-las às 15h/15h30, até que deixaram de levar os seus filhos. O município promove pseudo-atividades, enganando os encarregados de educação e as crianças. Continuamos sem esse serviço básico e essencial às famílias e jovens.

Outro assunto, é mais uma vez a má gestão do erário público por parte deste município.

Nos termos do protocolo em vigor celebrado com o Automóvel Club Vila Real e a câmara municipal, esta compromete-se a fornecer o catering para o pessoal do serviço ao CIM.

Sendo que foram gastos 12500€ no Global Rallycross, quem é o pessoal do serviço ao CIM?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sendo que foram gastos mais 12500€ no Supermoto World Cup (que não faz parte do protocolo) a quem foi destinado o serviço catering?

Assim como não consta no protocolo alojamento para o pessoal do Supermoto Cup, porque pagou a câmara mais de quatro mil euros de alojamento ao STAFF?

Desde quando é que a Pista é palco de campanha eleitoral e o presidente da distrital do PS vem entregar troféus e se promove à custa do erário público?

Por último, durante o ano 2019, entre eventos, muros e vedações a pista já levou mais de duzentos e cinquenta mil euros ao cofre do município, qual o retorno efetivo que a câmara retira dali? Quantos bilhetes foram vendidos no Supermoto Cup, e no Global Rally Cross deste ano? Assinado, a deputada Sandra Gonçalves.”

A deputada Ana Isabel Dias falou sobre a conquista do Primeiro Ministro António Costa sobre a nomeação da Elisa Ferreira como Comissária para a política, coesão e reforma. Significa isto que, para além dos fundos estruturais, irá tutelar o mecanismo orçamental destinado a promover a convergência e competitividade de toda a zona euro. Isto poderá, para muitos, não querer dizer nada, mas para quem está atento, significa que Portugal assegurou a pasta responsável pela gestão dos fundos comunitários e isto diz-nos muito. A responsabilidade entregue à socialista Elisa Ferreira está ao nível da qualidade que ela tem vindo a demonstrar ao longo da sua vida política e cívica e corresponde a uma área de enorme interesse para Portugal. Se não fosse uma coisa importante, os restantes estados membros não entrariam na discussão para conseguir a pasta para eles.

Disse que o deputado Acácio Gonçalves falou de forma pouco honrosa relativamente ao facto de termos uma Câmara socialista e um Governo Socialista. Ela, como membro pertencente às listas do Partido Socialista, tem muito orgulho em pertencer a esse partido e que ainda bem que o Governo nacional e local é socialista. Significa que temos à frente dos desígnios do País humanistas, pessoas que se preocupam em reduzir a diferença entre ricos e pobres, que isto não pertence só a meia dúzia e que há espaços para todos.

Terminou, dizendo que integra com muita honra a lista do Partido Socialista às eleições legislativas pois ter a matriz socialista é ser diferente de outro partido qualquer. A sua doutrina será sempre a defesa de uma região e dos Barrosões.

O deputado Fernando Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Na última reunião desta Assembleia Municipal o senhor professor Armando Pinto, no período destinada à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

intervenção do público, em nome da Associação “Montalegre com Vida”, apresentou aqui a sua preocupação relativamente à possibilidade de exploração do lítio na freguesia de Morgade, pelos problemas que segundo ele podem causar.

Na sequência dessa declaração e de outras intervenções que já aqui se produziram, para simplesmente as pessoas refletirem sobre as questões, ou para dotar esta Assembleia de informação mais concreta e rigorosa, e de elementos que suportem as afirmações, vinha apresentar um leque de questões para que eventualmente possa ser fornecida fundamentação e colaboração no esclarecimento pela referida associação, se for esse o seu interesse, e também pelo promotor, respondendo, se assim o entenderem, se possível de forma clara e simples, mas concreta e fundamentada, possibilitando as duas versões às questões referidas.

Persistindo dúvidas ou divergências, essas poderiam ser colocadas a uma entidade independente ou no âmbito da consulta pública do EIA- Estudo de Impacto Ambiental.

Penso que este procedimento dignificava o debate, permitia melhor esclarecimento, responsabilizava mais a decisão porque permitiria ponderar prejuízos e benefícios e fazer um juízo sério das opções em nome do interesse geral e das regras e leis ambientais. Questões:

- 1-A exploração é perfuração em mina ou escavação a céu aberto?
- 2-Qual é a área concessionada das aldeias de Carvalhais, Rebordelo e Morgade, comparada com as áreas totais?
- 3-Qual dessa área ocupada ou concessionada é de cultivo, mato e floresta?
- 4-Qual a distância da concessão/exploração ao perímetro das aldeias ou das casas existentes?
- 5-Quais são os impactos visuais?
- 6-Quais são os impactos sonoros?
- 7-Usa explosivos?
- 8-Outros impactos?
- 9-Polui as águas da albufeira de Pisões?
- 10-Contamina os lençóis de água freáticos?
- 11-Destroi linhas de água à superfície e em profundidade?
- 12-Seca nascentes nas imediações?
- 13-Lança pó? Causa doenças?
- 14-Há perigos para os trabalhadores? Acidentes, doenças?
- 15-Há prejuízos para os terrenos e culturas agrícolas na envolvente?
- 16-Há perigos para a população?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- 17-Há garantia de reposição paisagística? Como é que isso está assegurado? Se a empresa falir daqui a 5 ou 10 anos, como é que isso se garante?
- 18-Há exploração apenas ou também tratamento? O que é o tratamento?
- 19-Há perigo no contacto com o lítio?
- 20-Em que é usado o lítio? Os carros elétricos precisam de lítio? E os computadores e os telemóveis?
- 21-Há outras indústrias derivadas da exploração que são criadas?
- 22-Quantos postos de trabalho são criados por setor?
- 23-Onde terá a sede a empresa ou empresas? Qual o valor anual da faturação por setor (laboração previsível normal)?
- 24-Quantas explorações agropecuárias individuais deixam de existir diretamente?
- 25-O que pode haver de contrapartidas para o desenvolvimento local, da região e municipal?
- 26-Há exploração deste mineral na Europa? Como é feita?
- 27-Outros pontos negativos na possível exploração do lítio.
- 28-Outros pontos positivos na possível exploração do lítio. Assinado, o deputado municipal Fernando Rodrigues.”

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da Mesa, cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e os demais presentes.

Agradeço desde já ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia por me permitir usar da palavra neste momento.

Não era para intervir neste ponto, mas depois de ouvir algumas das intervenções que me antecederam, sinto-me na obrigação de dizer algumas palavras.

Quero lembrar aos presentes que a maior parte das questões que foram aqui enumeradas, são as mesmas que a Associação Montalegre Com Vida tem feito já há alguns meses, desde que se começou a debater a possibilidade do nosso concelho ter uma mina a céu aberto para exploração de lítio.

Não posso aceitar que se queira colocar a associação num papel igual ao da empresa.

Quem tem de explicar todas as vertentes do projeto é única e exclusivamente o seu promotor.

A empresa apresentou em Morgade e Carvalhais, em sessões públicas, o projeto da mina a céu aberto, alguns esquecem-se que essas apresentações existiram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O projeto da mina do Romano existe. Foi com base nesse projeto que a Comissão de Avaliação se pronunciou sobre a proposta de definição do âmbito do estudo de impacto ambiental que a empresa terá de realizar.

Os documentos existem e são públicos, qualquer um pode consultá-los.

Face a toda a informação disponível, a associação, suportada pelo apoio da população, assumiu, legitimamente, a posição de ser contra a mina a céu aberto no nosso concelho, e tem chamado à atenção para os graves problemas ambientais e de saúde pública que essa atividade vai trazer para a nossa terra.

A Associação não está a afunilar nada, a Associação tem espírito aberto, não mete questões pessoais, nem política no tema do lítio. Fá-lo conscientemente, já o disse umas poucas de vezes, mas vou repeti-lo mais uma vez, porque parece-me que há pessoas que ainda não escutaram bem, umas porque não estavam cá e outras porque não querem ouvir.

A Associação não quer discutir o assunto do lítio no campo pessoal, nem no campo partidário. No campo pessoal porque, para nós, não nos interessa quem vai fazer a exploração/buraco, a nós o que nos interessa é que a mina não seja feita. Também não queremos discutir este assunto no campo da política, porque temos a humildade de saber que nesse campo não somos fortes e que se a questão do lítio passar a ser discutida entre PS e PSD, já sabemos que esse é o primeiro passo para a mina avançar e nós não queremos a mina.

A Associação certamente que tem pessoas de vários partidos, no entanto, a cor partidária não é critério para ser admitido na Associação, todas as pessoas são livres de participar.

Queremos o apoio de todas as pessoas, independentemente da cor partidária de cada um.

Dentro da Associação não se discute política, discutem-se sim questões ambientais e neste momento o que nos preocupa é a mina a céu aberto que pretendem instalar no nosso concelho, porque podemos ter à porta o maior atentado ambiental que porá em causa a preservação do nosso concelho. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Rui Cruz, Nuno Pereira e Fernando Rodrigues.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Continuo a não aceitar que se queira colocar a associação num papel igual ao da empresa. A associação não é promotora do projeto. Quem tem de explicar todas as vertentes do projeto é única e exclusivamente o seu promotor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Os elementos da associação, desde o início, têm levantado várias questões que traduzem as preocupações de toda a população, ainda bem que elas agora vêm à baila, o promotor vai ter que responder e esclarecer a população, acho muito bem que assim seja.

Se alguém que veio dizer a esta assembleia, mesmo antes das sessões de apresentação do projeto, realizadas em Morgade e em Carvalhais, que a mina só trazia coisas boas, não foi nenhum elemento da associação, é só consultar as atas e rever, se houve alguém que veio a este microfone dizer que a mina não causava qualquer impacto à população, não foi à associação, vejam quem é que fez isso.

Também queria dizer que a associação tem afirmado que é contra a exploração mineira a céu aberto, seja ela de lítio ou de outro mineral. Não se reduza esta discussão ao desígnio do lítio, dá jeito e serve para tentarem denegrir quem tem uma posição contrária, pois temos toda a legitimidade de a ter, as pessoas podem expressar a sua opinião livremente, vivemos em democracia, somos livres. Disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.

O deputado Nuno Pereira disse que não entra em polémicas e ouviu claramente o Senhor Presidente da Assembleia a fazer as perguntas à Associação e ao promotor.

Disse que a sua intervenção inicial foi no sentido de que a luta contra o lítio acordou tarde e a más horas. A empresa está no terreno desde 2017 e as perguntas só começaram em meados de 2019. A crítica que faz é que as perguntas deviam ser colocadas mais cedo e por pessoas que até se opõem ao investimento. Contrariou a opinião do deputado Rui Cruz pois considera que o movimento “Não ao lítio” é um movimento contra o Presidente da Câmara.

O deputado Fernando Rodrigues disse que apenas disse que a Associação trouxe à Assembleia um leque de problemas, que segundo a Associação eram muito graves, e apenas pediu respostas fundamentadas à Associação e ao promotor. Não percebe qual é o problema da Associação responder às questões colocadas e se possível compará-las com as da empresa.

O Senhor Presidente da Câmara saudou todos os presentes e em especial o Sr. João Fernandes, de Salto, que percebe de minas, pois foi durante 40 anos mineiro, que percebe de movimentos reivindicativos e sindicais e que veio para aprender, embora tenha muito para ensinar.

Disse que o dia 11 de setembro é um dia de má memória pela queda das Torres em Nova Iorque e pena é que esteja a ser branqueada pelo Presidente Trump.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Saudou a deputada Ana Isabel Dias que é candidata a deputada da nação, porque merece, porque tem um percurso que fala por ela, porque sabe estar na política, como sabe estar na vida. Dá muito orgulho ver a estrutura da concelhia política socialista de Montalegre ter força para a colocar num lugar a candidata a deputada da nação. É uma responsabilidade acrescida, mas ela é uma mulher de armas e vai conseguir com o apoio de todos. Somos socialistas, a favor da partilha, contra a discriminação e a favor de políticas humanistas. Sabemos estar e somos diferentes porque pomos o bem público à frente de tudo.

Falou sobre o Automóvel Clube de Vila Real que presta um grande serviço ao Município de Montalegre e gasta tão só o que é necessário. Não navegam em mordomias e fazem tudo para que as provas na pista se desenvolvam. Os socialistas fazem a gestão do erário público como sendo dinheiro da sua carteira. Pena que o povo veja isso e pessoas que foram eleitas pelo povo não o vejam. Aproveitou para informar que o Mundial de Ralicross vem outra vez para Montalegre em 2020.

Sobre o turismo do concelho, referiu que há um plano estratégico que está a ser elaborado pela CIM. Não se entende como é que uma terra que é Reserva da Biosfera, Património Agrícola Mundial, com uma riqueza ambiental e paisagística como não há em sítio nenhum do mundo, com potencialidades enormes, com 1/3 da área do PNPG a ser parte integrante do concelho, ainda não se tenha dado a erupção turística, sem massificações. A Câmara está a puxar a carroça e bem com os eventos que promove como a Sexta 13 e a Feira do Fumeiro que vão sustentando a economia local. Reconheceu que não chega, pois, o ano tem 365 dias, mas convém que todos pensemos porque é que as coisas não correm tão bem como desejamos que corram e perceber sobretudo que a culpa não é da Câmara. A Câmara tenta desenvolver campanhas de informação e esclarecimento para as unidades hoteleiras e restauração em que não aparece ninguém. Recusam a aprendizagem, pois todos se acham entendidos na matéria. O Turismo Porto e Norte vai financiar a Sexta 13 em 50 mil euros e isso é fruto da qualidade do trabalho dos socialistas.

Sobre o Hotel Montalegre, disse que é uma perda irreparável, mas e que apesar dos esforços, vai morrer assim. Há um litígio entre o proprietário e o gestor que pede uma indemnização de 4 milhões de euros que inviabiliza a retoma.

Falou do ano Jacobeu e dos caminhos de Santiago e disse que por Vilar de Perdizes passavam peregrinos quando o hospital e o Paço estavam abertos e a funcionar.

Disse que a pista automóvel vai ser sempre vista como um mau investimento para alguns, mas fiquem tranquilos que ainda irá ser vista como um excelente investimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Parabenizou a CERCIMONT pelo excelente trabalho e ele próprio já confirmou isso. A Diretora Sandra Batista é uma diretora empenhada que tem o apoio da direção e dos demais técnicos que compõem aquela casa e a tornam num exemplo a seguir.

A questão do rio é uma não questão pois toda a gente sabe que o estado que apresenta advém da falta de água e a existência de plantas aquáticas que são refúgio das espécies é a prova de estarmos perante água pura. No rio Tâmega não se vê vegetação aquática sinal de que a água não é tão pura como esta. A Câmara de Montalegre não tem dinheiro para fazer limpezas do rio que, por sinal, são da sua competência do ICNF. Assim como não é culpa da Câmara de não haver uma carpintaria em Montalegre, caso insólito de que tantos se lamentam. Sobre a ETAR, disse que efetivamente houve um problema por causa de uma descarga elétrica que queimou alguns equipamentos, do que resulta algum mau cheiro.

Sobre a taxa de IMI do Hotel Montalegre, afirmou que foi isento, mas vai pedir alteração da isenção, pois se se isentou do IMI foi porque se lhe reconhecia interesse público.

Informou que em Salto irá ser aberto um hotel com 13 quartos e lá não se realizam Sextas 13 nem Feiras do Fumeiro. O hotel que está em frente ao D. João, a própria Câmara tinha interesse na sua aquisição, mas está no gestor de insolvências que não ata nem desata.

Disse que, sobre aquilo que o deputado Acácio Gonçalves referiu, nada prometeu e o que promete procura fazer. O Plano anticorrupção foi aprovado na Câmara e remetido para o Tribunal de Contas, como manda a lei.

Relativamente à estação de camionagem e à piscina, disse serem equipamentos que implicam muito dinheiro e este não chega para tudo. Ainda bem que ficam algumas obras para que a oposição tenha que falar. Apesar de haver fundos comunitários, a piscina implica mais de 1 milhão de euros que terão de ser suportados pela Câmara. Mas, o problema da piscina não é a obra, são os 25 mil euros mensais para a sua manutenção. Contas bem-feitas a piscina nunca será uma primeira opção.

Sobre o call center, disse que nunca foi uma promessa pois não dependia da Câmara. A empresa falou com a Câmara para ver se aceitávamos receber um call center e a Câmara apenas se comprometeu arranjar instalações. Fez-se depois ampla divulgação, até na Radio Alfa, em Paris, de forma a captar pessoas que soubessem falar francês. Exigiam 150 pessoas e candidataram-se 40. Nunca foi promessa da Câmara Socialista como os da oposição os catalogam com desdém.

Referiu que não há um único bebedouro desativado. Há fontanários desativados em aldeias pequenas onde os abusos prevalecem. É tudo uma questão de civismo, pois o mesmo se passa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

com os jardins da praça do município que tiveram que ser vedados para proteger as plantas dos animais que por ali passam. Os jardins embelezam, mas são menos importantes do que a água. Fazem falta é mais árvores e chegam-lhe fogo. A água deve ser um desígnio de todos nós pois trata-se de um bem finito. Imaginem que a Câmara continuava a tirar a água para abastecimento do Rio Cávado e que não se tinha feito a adesão às Águas do Norte. O rio já tinha secado e esse é o drama atual com tendência a agravar-se.

Sobre as festas do concelho, disse que o deputado Duarte Gonçalves está a perder qualidades abordando questões menores pois as festas não são uma questão política. Podem servir de arma de arremesso para dizer que os 100 mil euros gastos nas festas são pouco, mas provavelmente para o ano o orçamento será menor. Os que criticam são os que menos participam. Pelo que soube, a Praça do Município esteve sempre cheia e os que criticam ninguém por lá os vê. Curioso o PSD dizer que a política local é festança e comezaina para agora exigir mais festa.

Quanto ao plano de combate à vespa asiática, afirmou que que é um plano em que a Câmara está empenhada e onde já se veem resultados. e que se lhe vai dar sequência no próximo ano. O mesmo se está a fazer em relação à vespa do castanheiro, importando da Itália o mosquito com que se combate a vespa e onde se gasta muito dinheiro.

Informou que a Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território esteve a trabalhar em Fafião para se arranjam soluções para o PNPG de forma que se criem melhores acessibilidades para as Sete Lagoas e se acabe com a falta de civismo dos frequentadores de tão nobre espaço.

Sobre o lítio, parece-lhe que toda a gente é entendida na matéria e toda a gente fala e ninguém tem razão. Neste momento é uma questão meramente política e é uma arma virada à cabeça do Presidente da Câmara. A partir do momento que a Associação Montalegre com Vida está institucionalizada e está tão bem informada, também poderá prestar alguns esclarecimentos. Depois de ter falado com a Associação constatou que para alguns dos seus membros, a Câmara continuará a ser olhada com desconfiança e como “una persona non grata”. A Câmara trouxe dois eminentes cientistas para falar de lítio e o executivo viu-se obrigado a pedir-lhes desculpas pela forma como foram recebidos e tratados, passando eles por ignorantes enquanto os que estavam na plateia eram os entendidos. Má imagem que demos de nós próprios. Com o argumento de que a Câmara convidou pessoas suspeitas e sem prestígio propôs que seja a Associação Montalegre com Vida a escolher a equipa que vai avaliar o Estudo de Impacto Ambiental e a partir dessa avaliação a Câmara tomará posição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Mais disse à Associação Montalegre com Vida que a Câmara pagaria duas viagens à Finlândia e à Suécia para que se inteirassem como é que se explora o lítio pois se há gente que respeita o ambiente são os nórdicos, mas a Câmara aguarda o Estudo de Impacto Ambiental para tomar posição.

Referiu que quando o contrato de concessão foi assinado, a LUSA o entrevistou e o que está escrito é que a Câmara é a favor de tudo quanto traga desenvolvimento, criação de riqueza, criação de postos de trabalho desde que seja salvaguardado o património paisagístico e o ambiental. Esta é a única posição que um Presidente da Câmara sensato pode tomar.

Sabe que há a Associação e sente haver Movimentos interessados em politizar a questão do lítio é o Movimento. Até já andam a recolher assinaturas que irão utilizar como bem entenderem. A questão do lítio não é um desígnio da Câmara, é um desígnio do Estado da Nação. Pouco interessa para o caso a posição da Câmara ou de quem quer que seja. Quem mal cuida, sempre assim foi, mal-usa.

Referiu que o Estudo de Impacto Ambiental vai ser apresentado, corrigido, revisto, contestado, mas sendo o lítio um desígnio do Estado, não vê como se pode parar. Todos têm o direito de dizer que não querem, de boicotar eleições, de haver programas televisivos e entrevistas, mas nada se pode fazer contra a lei e a autoridade do Estado. O tema do lítio é uma espécie de circo onde toda a gente quer estar. O líder local do PSD, quando viu que o Presidente da Câmara começou a falar sobre esse assunto, pensou que não era justo que apenas este o fizesse e logo começou a pedir informações para ver se o Presidente da Câmara não teria “parte na vaca”.

Na reunião da Assembleia Municipal de 21/12/2016, um deputado disse “TESLA MOTORS é notícia do dia da comunicação social e na local Notícias de Barroso diz: *“instala-se no Barroso, mais propriamente em Boticas na Casa Rural S. Cristóvão, tratando-se de uma empresa gigante a nível mundial, produtora e instaladora de supercarregadores TESLA destinados a veículos elétricos, estando previstos instalar 3 supercarregadores em Portugal, um entre Lisboa e Porto, outro no Alentejo e um terceiro no Algarve. Possui em todo o mundo 4.800 carregadores em 769 locais, pretendendo no próximo ano instalar mundialmente o dobro dos que possui.*

Tendo já a sede social em Lisboa na Avenida da Liberdade, encontra-se a explorar minério (LITIO) na zona do Barroso, mais propriamente nos montes de Carvalhais e Vilarinho da Mó autorizada legalmente.

A notícia acrescenta a construção de uma grande fábrica a nível europeu no nosso País, tendo já o Governo criado um grupo de trabalho que certamente irá influenciar a sua localização. Vários Municípios (4) já disputam a sua sede para que seja localizada nos seus territórios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Senhor Presidente da Câmara, que contatos já obteve neste sentido? Já se deslocou à exploração para se inteirar da situação? Quantos “rendez vous” já marcou com o seu Governo e com a dita cuja empresa? Ou será que o Senhor e seus acólitos se perdem nos magustos lá por França e esquecem-se dos “rendez vous” cá por Portugal?

Gostaríamos de ser informados devidamente a fim de podermos sonhar com a salvação do Concelho de Montalegre a nível de empregos e de riqueza, porque este mineral vale mais que o ouro negro”. Está escrito em ata.

Depois, em 21 de agosto de 2017, na ata de reunião de Câmara, diz que os Vereadores da oposição fizeram as seguintes questões: *“a primeira tem a ver com a exploração do lítio no concelho de Montalegre e o proclamado investimento de 300 milhões de euros. O Presidente da Câmara muito tem falado sobre este assunto (o que inquietava a oposição era o Presidente da Câmara) mas a verdade é que nunca suscitou a sua abordagem e discussão em sede de reunião de Câmara”. Como é que o Presidente da Câmara podia dar qualquer informação se não a tinha, como ainda hoje a não tem também? A Câmara, na verdade, nunca foi consultada sobre esta questão.*

Disse que a questão do lítio é uma questão complexa e quanto menos se falar, menos asneiras se dizem. Na ata de 4 de abril de 2019, os senhores Vereadores do PSD *“vêm protestar contra a postura do Presidente da Câmara em relação à exploração do lítio no concelho de Montalegre, nomeadamente contra a falta de informação e de debate sobre o processo e nessa conformidade interpelar V. Exa nos termos seguintes: neste processo não temos outro interesse que não seja o benefício do concelho e dos nossos concidadãos. Já lhe dissemos que em princípio seremos a favor da exploração do lítio, mas que a nossa posição final dependerá do Estudo de Impacto Ambiental e dos empregos a criar”. O que é que mudou de abril para setembro? Incoerência, má fé, oportunismo do PSD e nada mais!*

A Senhora Vereadora Fátima Fernandes agradeceu à deputada Sandra Gonçalves pela sua intervenção, e deu a informação correta das crianças inscritas: na atividade “Aprende nas Férias”: na Borralha foram 13; em Salto foram 27; em Montalegre foram 119, em Fafião rondaram os 14. Foram contratados e estiveram sempre presentes 5 monitores a desenvolver as atividades “Conto Vivo”, que tratava essencialmente de fazer a recolha da tradição oral e literária e depois dar-lhe outras abordagens artísticas; “cultura tradicional” que tratou designadamente o linho, a lã, o barro e do pão; “Repórter da freguesia” que permitiu a todas as crianças percorrerem todo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

o território Barrosão, visitando o PNPG e desenvolvendo atividades educativas e ligadas ao ambiente e sua preservação.

Disse ainda que, para além dos monitores contratados, também colaboraram os funcionários da autarquia responsáveis pela biblioteca e pelo desporto e os colaboradores do Ecomuseu. Informou que não houve nenhuma atividade que não tivesse monitores em qualquer dos dias. Inclusivamente um dia em que só apareceu apenas uma criança na Borralha, o monitor desenvolveu a atividade como planeado. Quanto ao facto de o número de participantes não ser o mesmo todos os dias ao longo do projeto, congratula-se que as mães valorizem a relação familiar com os seus filhos e reservem o tempo de que dispõem para estar com eles.

Inscreveram-se para terceira intervenção os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Rui Cruz e Nuno Pereira.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Eu hoje nem vinha para falar no Lítio. Acho que está mais que discutido nesta casa. Mas veio a ser assunto e o Nuno Pereira começou por dizer que não queria ser polémico quanto ao lítio, mas instigou logo a polémica! Veio tentar passar a ideia que há uma terceira via, como se fosse possível na questão do lítio ser outra coisa qualquer que não pelo SIM ou pelo NÃO. Ou seja, é do tipo que quer estar na sandes mista, mas não é queijo nem é fiambre, prefere o lado da manteiga que é para escorregar melhor para onde convier.

Mais. Veio catalogar de vergonhosa a proposta do deputado Marco Sousa com vista a travar a concessão da exploração do Lítio, apresentada na Assembleia anterior onde não estive. Isso fica mal e foi uma expressão infeliz. Deve respeitar as ideias e ações dos outros. Vocês, os que cá estavam nessa sessão, votaram contra e nós respeitamos. A proposta foi elaborada por juristas, estava tecnicamente bem-feita, podiam concordar ou discordar de algum conteúdo ou argumentação, que se poderia melhorar. O objetivo era claro e só um e cada um de nós tomou a sua opção. E clarificou posições. Portanto, a partir daí não há volta a dar, o PSD teve uma ação claramente contra a exploração de lítio.

Quanto às questões aqui colocadas só podem ser para colocar à empresa, obviamente!

O Sr. Presidente da Câmara, por seu lado, veio transmitir a ideia que isto era um desígnio nacional e europeu e que, apesar de tudo, será impossível de travar. Pois não será bem assim. Vejamos o exemplo da coíncineração que também era um desígnio do governo e houve vários locais a oporem-se e não foi para a frente nesses sítios. O povo ainda cá está e o povo ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

manda. Vocês deviam acreditar nisso pois está na vossa matriz revolucionária, não podemos desistir da batalha.

Quanto à questão do posicionamento do PSD nesta questão, veio o Sr. Presidente repescar atas, só uma delas nos diz respeito e reflete uma posição muito simples que só você não quer entender. Os vereadores na altura tomaram uma posição de princípio em relação a essa matéria com a informação disponível, sendo, portanto, uma opinião pessoal, como aquela que aqui expressam alguns membros do PS, que nem por isso vinculam o partido. Em finais de abril, já posterior a isso, tomou posse a nova comissão política e logo emitiu comunicado sobre a posição oficial do partido. A partir daí, os vereadores e militantes aceitam a posição maioritária e defendem-na com ações concretas. É assim a democracia na nossa casa e penso que também na vossa. A maioria é que define.

Eu não trouxe atas, mas já que falamos nelas existe uma ata da reunião de câmara de 25 de março deste ano, em que o Sr. Vice-presidente da câmara diz claramente numa curta afirmação que termina em ponto final: " o Sr. Presidente já tinha dito que a posição do executivo era de total apoio à extração do lítio". Onde está a dúvida nisto. Não há mais interpretações. É uma afirmação clara e fala no nome do executivo, não em seu nome ou em nome pessoal.

Para terminar, só em relação à Pista automóvel, Sr. Presidente, se aquilo é tão bom investimento e o Clube Automóvel de Vila Real é tão bom a organizar, porque não faz a concessão definitiva da pista ao Clube Automóvel e eles que tratem de dinamizar e manter a pista, dali retirando o seu devido lucro, se o houver. Fica o desafio! Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves".

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "O presidente da Câmara bajulou e congratulou-se com o "sucesso" da pista de Rally, no entanto não respondeu ao cerne da questão: quais os resultados efetivos e quais as receitas que advém dos eventos ali realizados? Sabemos quais os custos, mas não sabemos qual o retorno. Porque não responde o executivo deste município? Do que têm medo?

Se fazem candidaturas e as respetivas obras no concelho, não fazem mais que a sua obrigação, pois foram eleitos e são pagos para trabalhar em prol do concelho. O trabalho e papel da oposição é fiscalizar o que a câmara faz, o que não faz, se faz bem e onde aplica o dinheiro público!

Quando à preocupação do município em poupar a água nos bebedouros espalhados pelo concelho, que se destinam à população, principalmente aos agricultores e que muitas queixas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

temos ouvido, não vejo o município preocupado com os 26 mil litros de água, que a Lusorecursos diz necessitar diariamente para a mineração de lítio!

Vejo o nosso presidente preocupado com o atentado que irá ser feito no Montijo mesmo depois do estudo de impacto ambiental ser claro quanto às consequências nefastas e irreversíveis e mesmo assim o projeto é para avançar. E mesmo assim o município continua à espera do estudo de impacto ambiental da mineração no nosso concelho, quando afirma que este é feito à medida de quem o encomenda? Quer comparar as leis ambientais dos países nórdicos, com as leis ambientais portuguesas? É simplesmente incomparável, mais, os crimes ambientais graves em Portugal são “punidos” com advertências e nada mais.

Falou que em 2016 o deputado Acácio Gonçalves clamava pelo lítio, com sendo a salvação do concelho. Nessa altura, a informação era escassa, a população não estava informada, não tinha conhecimento do atentado que seria cometido com a exploração mineira, nem em que escala seria feita, nem os métodos utilizados. Continuam a tentar desviar o foco do essencial que é a qualidade e modo de vida da população do concelho e do atentado ambiental que será cometido. Exma. senhora vereadora, não estou mal informada, pois a minha filha frequenta as atividades das férias ativas, portanto foi mal informada sobre a forma como decorreram as mesmas! Quando aqui venho expor um assunto é porque tenho a certeza da veracidade dos factos que aqui trago. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Boa tarde novamente. Deixei que fosse o Presidente da Câmara a ser o primeiro a falar sobre a reunião que o Executivo teve com a Associação Montalegre Com Vida, reunião essa onde a associação teve a oportunidade de transmitir as preocupações que as populações têm em relação a este projeto e também deixou bem claro quais são os seus propósitos e quais são os seus objetivos.

Deixou bem claro que não se criou a associação para atacar o Executivo, muito menos o Presidente da Câmara.

Nessa reunião a Câmara comprometeu-se a contratar um grupo de trabalho independente, escolhido pela Associação, para que, em fase de consulta pública, se pronuncie sobre o estudo de impacto ambiental que a empresa terá de apresentar.

Posso informar que a associação já começou a estabelecer contatos com várias pessoas ligadas ao universo académico e está a fazer todos os esforços para conseguir criar um grupo de trabalho credível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Também queria dizer que ouvi as palavras do Sr. Presidente da Câmara em relação ao lítio, afirmou aqui que ainda não tomou uma posição sobre o assunto, portanto, neste momento, quem defende o Não à Mina a Céu Aberto não está contra o Presidente da Câmara, nem contra o Executivo, isto que fique aqui bem claro para todos os presentes, que não se tente confundir as pessoas, não se altere a verdade.

Dizer também que a associação equaciona todas as hipóteses, e caso a mina nos seja imposta, sobre a capa de um qualquer desígnio nacional ou europeu, a associação também tem um plano B. Se chegarmos a esse cenário, em fase de negociações, iremos apresentar várias propostas para defender os interesses das populações. Aí quero ver quem é que vai estar ao lado da associação e das populações.

Por último, queria ainda afirmar que, neste momento, na Europa ainda não existem explorações mineiras a extrair lítio, nem existem unidades industriais de produção de óxido de lítio, que é usado nas baterias de iões de lítio para veículos elétricos, bem como de armazenamento de energia elétrica. Estas são duas lacunas que a Europa quer suprimir, não quer estar refém dos grandes produtores mundiais desta matéria-prima que são a China, os Estados Unidos e Austrália. Para inverter esta situação a Europa quer, a toda a força, criar locais de exploração mineira para obter essa matéria-prima, de preferência no sul da Europa. Por que será? Deixo aqui esta questão. Disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.

O deputado Nuno Pereira disse que a exploração dos recursos do subsolo, excluindo as pedreiras, está na Constituição da República que é uma competência exclusiva do Estado.

A sua posição em relação ao lítio não a torna pública por razões óbvias e porque não está para se meter numa luta, para a qual não está mandatado para favorecer ou desfavorecer as pessoas. Mas, quando interveio, disse que se as condições ambientais forem favoráveis é a favor. Se os impactos forem muito negativos, será objetivamente contra. Posição essa que qualquer pessoa razoável deveria tomar. Tem consciência das exigências que o mundo moderno tem, o Banco Mundial diz que a exploração do lítio vai aumentar nos próximos anos em cerca de 900% e o protesto popular é legítimo de forma a evitar que as pessoas explorem o território de uma forma desordenada. Pediu união de todos pois isso é o que falta no sentido de ouvir os que estão a favor, ouvir os que estão contra, ponderar e na altura tomar posição que seja aquela que venha ao encontro da defesa das populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Usou, de seguida, da palavra o Senhor Presidente da Câmara para reafirmar o que disse o Senhor Vice-presidente David Teixeira na reunião de Câmara de 25 de março com uma ressalva: Ser a favor do lítio significa ser coerente com o que sempre disse: O Município é a favor do tudo quanto traga desenvolvimento, criação de riqueza, de postos de trabalho desde que tudo se faça no respeito pelos valores patrimoniais e ambientais do concelho e defenda o interesse das populações.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Proposta de definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Aplicação Percentual para o ano de 2020.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.3. Proposta da definição da participação variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) / Taxa a fixar para cobrar no exercício económico de 2020.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Pois é, isto é mais do mesmo. Nós continuamos a defender que esta seria uma medida de competitividade do Município em relação aos demais e apoio às famílias. Defendemos que se abdique destes 5%, como aliás o fazem outros municípios de interior. Vocês dirão que quem paga impostos pode, e que isso só ajuda os ricos. Pois não só os ricos pagam imposto e de qualquer forma nada tenho contra os ricos. É também importante fixá-los por cá, caso contrário vão para Boticas ou outro lado qualquer onde têm estas ajudas. Tão ricos são cá como em Boticas ou noutro lado. Isto é uma política simbólica de atratividade que visa também o combate ao despovoamento e ajudar as famílias a viver em territórios do interior.

Nesta última semana foi notícia esta prática em Braga, onde a câmara reduziu esta participação de 5% para 4% numa política de redução gradual. Claro que 1% em Braga é muito dinheiro onde há mais contribuições. Se até as cidades usam este instrumento porque continuamos nós a agravar a tributação dos nossos munícipes? Portanto votamos contra esta proposta. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por maioria com oito votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, José Fernando Moura, Iva Rebelo, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves e Jorge Lestra.

4.4. Proposta de definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2020.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Isto é a mesma situação que o ponto anterior, só que aqui é uma política de incentivo para apoio às empresas. Nós somos pela isenção da taxa de derrama aos empresários locais. Aqui já se prevê uma isenção até os 150 mil euros de volume de negócio, contudo estamos a falar de volume de faturação e há muitas empresas locais a atingir esse nível, também terão custos e o lucro será outra coisa, mas é um volume de faturação fácil de atingir. Se fosse 150 mil euros de lucro era outra conversa!

Nós somos mais apologistas da isenção por códigos de atividade, ou pelo facto de terem sede em Montalegre, de forma a conseguirmos por essa via tributar EDP, Bancos e outros que têm domicílio fiscal fora de Montalegre.

Por isso votamos contra a presente proposta. Assinado, o deputado Duarte Gonçalves”.

Deliberação: Aprovado por maioria com oito votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, José Fernando Moura, Iva Rebelo, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves e Jorge Lestra.

4.5. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos, sítios no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2020.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.6. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Solveira, com a finalidade de poderem colocar um Busto ao Professor/Doutor Calvão da Silva, na aldeia de Solveira.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.7. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, para suportar as despesas com o Evento Misarela 2019.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, intervenho neste ponto para fazer um reparo. Não sei se o Presidente da Junta está confortável com esta situação, mas o que eu vejo neste pedido é que o Presidente da Junta faz solicitação a 16 de abril, o evento Misarela 2019 decorreu 6 e 7 de julho e você valida isto em câmara a 5 de setembro e vem hoje à assembleia. Ou seja, isto está fora de prazo e andamos a validar coisas à posteriori. Certamente pode ter criado constrangimentos financeiros para com a organização do evento, ou isso não tendo acontecido é porque já pagou e isso é grave pois só hoje é aprovado... imagine, não é o caso, mas que chumbávamos a proposta? Como faria? Não é modo de trabalhar e isto devia ter vindo à reunião anterior, no limite! Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.9. 2ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2019 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Revisão do Orçamento da Receita, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, José Fernando Moura, Iva Rebelo, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves, e Jorge Lestra.

4.10. Prestação de Contas do Município relativa ao primeiro semestre de 2019.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Esta prestação intercalar de contas decorre da lei e não fará grande sentido estar agora a tecer apreciações profundas. Veremos a prestação de contas final, aí é que aferimos a execução do plano de atividades e investimentos.

Contudo, vou fazer uma observação. Tenho aqui falado várias vezes na necessidade de controlar o desequilíbrio operacional da Câmara, pois é isso que tem levado à contínua apresentação de resultados líquidos negativos. A câmara até tem eficiência financeira, mas não é suficiente para equilibrar a má prestação operacional. Nesta prestação de contas intercalar, essa situação está controlada. Ou seja, apresenta resultados operacionais mais controlados, inferiores em mais de 50% comparativamente ao ano anterior, e abaixo dos resultados financeiros, apresentando um resultado líquido positivo. Algo que sempre aponte e por isso para já devo louvar, à condição. Ou seja, veremos como isto acaba no final do ano, mas para já está melhor, como sempre defendi. Assinado, no deputado municipal Duarte Gonçalves.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria com oito abstenções dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, José Fernando Moura, Iva Rebelo, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves e Jorge Lestra.

4.11. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município, das competências constantes do art.º 2º do Decreto Lei nº 57/2019, de 30 de abril, nos anos de 2019 e 2020.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com oito abstenções dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, José Fernando Moura, Iva Rebelo, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves e Jorge Lestra.

4.12. Proposta de filiação na Associação de Turismo do Porto e Norte – Promoção externa.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Sandra Gonçalves.

A deputada Sandra Gonçalves disse que é bom sinal de que o Turismo Porto e Norte veja Montalegre com outros olhos, mas cabe a Montalegre retribuir esse reconhecimento. Pensa que a proposta apresentada será um bom investimento.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.13. Minuta de Protocolo de Geminação entre os Municípios de Montalegre e Tarrafal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, José Fernando Moura, Iva Rebelo, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves, e Jorge Lestra.

4.14. Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico / Adesão.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José Fernando Moura Duarte Gonçalves.

O deputado José Fernando Moura perguntou qual o ponto de situação daquela casa que está em frente ao castelo, com uma grua enorme há muitos anos.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, tenho expectativa em relação a esta adesão. Sei que é uma associação que está a ser relançada, mas que poderá ajudar a dinamizar o nosso centro histórico com algumas ideias e boas práticas de outros municípios, que possam suprir o drama de vermos a nossa Rua Direita despida de gente e negócios. Se for para daí advir alguma coisa nesse sentido, muito bem. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.15. Alteração ao Regulamento de Apoio à Produção Pecuária / Raças Autóctones.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado José João Moura disse que a bancada do PSD se congratula com as alterações apresentadas, principalmente com o aumento do valor do apoio. Nota-se que as demandas das vozes do PSD foram tidas em conta pois neste Regulamento, ao contrário de outros, não se fala na Coopbarroso, pois o apoio deve ser para todos os produtores independentemente da associação com que trabalham.

Alertou para algumas gralhas que constam no regulamento, SNIR não existe, é SNIRA. Quando falam em raças autóctones, só falam da raça barrosã, mas relembra que alguns produtores do Baixo Barroso também têm gado de raça Cachena e esta raça é uma imagem de marca do PNPB. A Câmara deveria considerar esta raça como autóctone.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.16. Regulamento de Trânsito do Município de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Iva Rebelo.

A deputada Iva Rebelo disse que não consta no regulamento o número de lugares de parques para deficientes. Pensa que há poucos lugares e deveriam ser mais. Só há lugares à volta da Câmara. Não há, por exemplo, ao pé da Repartição das Finanças.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.17. EHATB, EIM, SA. Relatório de Execução Orçamental 1º trimestre 2019.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.18. EHATB, EIM, SA. Relatório de Execução Orçamental 2º trimestre 2019.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

Maria Gorete Barroso Afonso